



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /x ()
 .^a)
- PERGUNTA Número 2462 /x (4^a)
 .^a)

Expeça-se
Publique-se
21/05/09
Q Secretário da Mesa <i>P. Correia</i>

Assunto: Carteira de encomendas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Destinatário: Ministério da Defesa Nacional

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Na sequência da rescisão unilateral do contrato do navio Atlântida e da suspensão da construção do navio Anticiclone, decisões tomadas pela empresa pública Atlanticoline, com capital integralmente detido pela Região Autónoma dos Açores, realizou o Grupo Parlamentar do PCP reuniões com o Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e com a respectiva Comissão de Trabalhadores. No âmbito destas reuniões tomámos conhecimento que a carteira de encomendas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo parece ter sofrido um novo e rude golpe, este com responsabilidades directas do próprio Ministério da Defesa.

Na verdade, soube-se há dias em Viana do Castelo, que a Marinha Portuguesa, que há muito tinha contratado com os ENVC a construção de dois navios de combate à poluição, pretende agora promover algumas alterações bem significativas ao projecto aprovado. Isto foi conhecido precisamente no contexto dos incidentes de que resultou a intenção do Governo Regional dos Açores rescindir o contrato do navio Atlântida, e numa altura em que a carteira de encomendas dos ENVC está praticamente reduzida ao mínimo.

De facto, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tem neste momento em projecto – isto é – sem possibilidade de entrar em obra no imediato, 5 lanchas para a Marinha. Em fase de obra tem dois navios patrulha, e tem também dois porta contentores para a Alemanha, um em conclusão, outro em fase adiantada de construção.

Para além destes navios, cujo desenvolvimento e conclusão se prevê poder estar terminada no início do quarto trimestre deste ano, nada mais tem os ENVC neste momento contratualizado e para continuar a produzir e a garantir os perto de novecentos trabalhadores desta empresa essencial para a economia do Alto Minho e do País.

Na realidade estão em negociação, mas ainda longe de uma concretização, os contratos de



construção de dois navios asfalteiros para a Venezuela e, do mesmo modo, está também em mera equação a possibilidade de se poderem vir a construir cinco navios patrulha e cinco lanchas para Marrocos. Só que tudo isto são possibilidades apenas, projectos que não estão em nada garantidos, ou que, pelo menos, não garantem em absoluto trabalho para o ENVC a partir do último quadrimestre de 2009.

É neste quadro que assume particular importância e gravidade a referida decisão da Marinha Portuguesa que vai implicar alterações relevantes nos projectos, já concluídos, dos navios de combate à poluição. Por causa desta decisão aparentemente inexplicável, a construção destes navios, que já estava em vias de se iniciar, que (como se diz nos ENVC) já estava a “entrar em corte”, foi travada. A construção destes navios, que ia assegurar trabalho aos ENVC a partir do último quadrimestre de 2009, já não vai certamente arrancar nos próximos meses. Há mesmo quem fale que pode atrasar-se um ano.

Esta decisão não pode ser facilmente aceite nem entendida, já que decorre de uma decisão da tutela com implicações muito graves na sustentação da empresa e com consequências muito graves ao nível do emprego. Aliás, durante a atrás referida visita aos ENVC, tomámos já conhecimento da “dispensa” de alguns trabalhadores contratados a prazo e foi-nos insistentemente referido que, se não houver novos contratos em condições de arrancar até Agosto deste ano, serão seguramente despedidos os cerca de 120 trabalhadores contratados a prazo que neste momento fazem parte do quadro global de pessoal dos ENVC.

Esta decisão da Marinha, a confirmar-se, tem que ser bem ponderada, pelas suas implicações directas e indirectas na empresa, por se tratar de uma decisão aparentemente inexplicada e que ocorre no momento em que a construção se ia iniciar. Esta decisão deve pois, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, ser reanalisada pelo Governo, em particular pelo Ministro da Defesa Nacional.

Esta questão foi colocada ao Presidente do Conselho de Administração da Empordef, por sinal também Presidente do Conselho de Administração dos ENVC, durante a audição realizada esta semana na Assembleia da República. Outro tanto sucedeu durante a audição do próprio Ministro que também compareceu na Comissão de Defesa a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP. Nenhuma das audições serviu para esclarecer em definitivo esta questão que, pela sua importância e consequências, pode determinar o futuro próximo dos ENVC.

Neste contexto, e tendo em atenção as disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Defesa Nacional**, responda às seguintes perguntas:

1. Confirma esse Ministério, ou não, que a carteira de encomendas firmes que os ENVC têm neste momento é apenas a que fica descrita nesta pergunta?
2. E confirma-se também que quanto às encomendas da Venezuela e de Marrocos elas não passam ainda de possibilidades? Nestes casos particulares o que está a ser feito para a



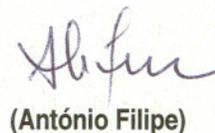
concretização dos contratos, que garantias há, ou não, de que todos eles se venham a estabelecer de facto, e quando é que o Governo prevê que todo este processo negocial esteja concluído?

3. Confirma ou não o Ministério da Defesa que na realidade não há trabalho contratado de construção de novos navios a partir de Setembro de 2009?
4. Neste contexto, como se pode explicar a decisão da Marinha de mandar proceder a novas alterações nos projectos dos navios de combate à poluição? Tem o Governo a noção de que eram estes navios que iriam começar a entrar em obra a partir de Setembro deste ano? E sabe ou não o Governo que estas alterações de última hora podem fazer atrasar o início da obra quase um ano?
5. Tem o Governo a noção exacta que esta decisão da Marinha pode comprometer o futuro empresarial dos ENVC? E tem esse Ministério a noção que pode haver uma onda de despedimentos massivos nos ENVC se a obra destes navios de combate à poluição não avançar já na parte final deste ano?
6. Neste contexto, o que pensa fazer o Governo e quando para assegurar no imediato a viabilidade dos ENVC e a manutenção dos seus postos de trabalho?

Palácio de São Bento, 21 de Maio de 2009

Os Deputados:


(Honório Novo)


(António Filipe)